

NEOLIBERALISMO E EDUCAÇÃO: OS DESAFIOS DAS INSTITUIÇÕES EDUCATIVAS NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO COMUM

NEOLIBERALISM AND EDUCATION: THE CHALLENGES OF EDUCATIONAL INSTITUTIONS IN BUILDING THE COMMON WORLD

Carlos Betlinski¹

<https://orcid.org/0000-0003-1747-466X>

Dalva de Souza Lobo²

<https://orcid.org/0000-0002-9224-5245>

Resumo:

Este ensaio analisa a tensão entre racionalidade neoliberal e a construção do mundo comum nas instituições educativas contemporâneas. O estudo examina as possibilidades de organizar projetos educativos e culturais capazes de superar a lógica empresarial que se infiltrou no campo da educação escolar e promoveu o esvaziamento da dimensão política da educação. Objetiva-se caracterizar a racionalidade neoliberal e seus dispositivos na educação, responsáveis pela formação do "neossujeito", e apresentar princípios formativos para a construção do mundo comum mediados pela literatura e pela educação. Metodologicamente, o ensaio apoia-se nas teorias de Dardot e Laval sobre racionalidade neoliberal, nos conceitos de mundo comum, de Hannah Arendt e nas propostas de integração cultural latino-americana, de Antônio Cândido e Angel Rama. Os resultados indicam que a racionalidade neoliberal atua na configuração de subjetividades competitivas e empresárias de si mesmas, enfraquecendo a esfera pública e os vínculos comunitários. Contudo, a literatura enquanto direito inalienável e força humanizadora, e a educação orientada para a consciência intercultural, podem resistir a essa lógica mediante processos formativos que valorizem a pluralidade, a transculturação e a formação política. Conclui-se que as instituições educativas têm papel fundamental na construção do mundo comum ao formarem sujeitos políticos capazes de interpretar seu contexto histórico-social e de atuar coletivamente para a transformação da realidade, contrapondo-se à fragmentação e competição impostas pelo modelo neoliberal.

Palavras chave: Racionalidade neoliberal. Literatura. Mundo comum.

Abstract:

This essay examines the tension between neoliberal rationality and the construction of a common world within contemporary educational institutions. It investigates the possibilities of developing educational and cultural projects capable of overcoming the corporate logic that has permeated

¹ Professor Associado da Universidade Federal de Lavras – UFLA. Lavras/MG, Brasil.

² Professora Associada da Universidade Federal de Lavras – UFLA. Lavras/MG, Brasil.

schooling and contributed to the erosion of education's political dimension. This study aims to characterize neoliberal rationality and its mechanisms in the educational field—particularly those responsible for the “neosubject”—and to outline formative principles for constructing a common world mediated by literature and education. Methodologically, the essay draws upon Dardot and Laval's theorization of neoliberal rationality, Hannah Arendt's concept of the common world, and Latin American cultural integration frameworks proposed by Antônio Cândido and Angel Rama. The findings indicate that neoliberal rationality fosters competitive subjectivities and individuals who position themselves as self-entrepreneurs, thereby weakening the public sphere and communal bonds. Nevertheless, literature—understood as an inalienable right and humanizing force—and an education oriented toward intercultural awareness can resist this logic through formative processes that emphasize plurality, transculturation, and political formation. The essay concludes that educational institutions play a crucial role in constructing the common world by forming political subjects capable of interpreting their socio-historical conditions and acting collectively to transform reality, in opposition to the fragmentation and competition imposed by the neoliberal model.

Keywords: Neoliberal rationality. Literature. Common world.

INTRODUÇÃO

A atual racionalidade neoliberal manifesta-se como força político-econômico-ideológica e é compreendida pela expressão de totalitarismo de mercado, pois infiltra seus efeitos e estratégias de funcionamento em todas as esferas da sociedade, inclusive nas áreas da educação e da cultura. A filósofa Marilena Chauí (2019), é categórica ao afirmar que o atual sistema mercantil tende a transformar os direitos sociais em meros bens e serviços negociáveis no mercado, minando a natureza jurídica da educação enquanto direito social fundamental, e de promover o esvaziamento da dimensão política dos projetos educativos vinculados ao mundo comum teorizado por Hannah Arendt (2016).

Desta forma, a partir dos conceitos de racionalidade neoliberal e de mundo comum, o presente ensaio se preocupou em analisar o seguinte problema: como organizar projetos educativos e culturais, para a construção do mundo comum que supere a racionalidade neoliberal? Essa problematização pretende ser crítica em relação aos princípios e valores que direcionam as práticas educativas contemporâneas e, ao mesmo tempo, reafirmar os propósitos da formação para o espírito republicano e democrático a partir dos pressupostos educativos e políticos afirmados por Hannah Arendt (2016).

Quanto aos objetivos desta incursão teórica estabelecemos: caracterizar a racionalidade neoliberal e seus dispositivos presentes na educação para a construção da subjetivação do neossujeito, e apresentar argumentos e princípios dos processos formativos que visam a construção do mundo comum mediado pela literatura e pela educação escolar.

Como procedimento organizacional do texto, na primeira parte apresentaremos um cenário marcado pela racionalidade neoliberal que perpassa todas as esferas da vida social, mas que tem na Educação Básica e no Ensino Superior a principal força de mudança ideológica e comportamental. Buscaremos apoio no referencial teórico de Dardot; Laval (2016), para tecer considerações mais específicas sobre a racionalidade neoliberal e a construção da subjetivação do

neossujeito. Na segunda parte, trataremos dos desafios da construção do mundo comum inspirados no pensamento de Hannah Arendt (2007) e de Angel Rama (2008), evidenciaremos a ação política do sujeito social, quando abordaremos, também, a questão dos desafios para a construção do mundo comum mediado pela literatura e pela educação. Aqui destacaremos, a partir de Antônio Cândido (1989) e Angel Rama (2008), algumas possibilidades de construção de um projeto educativo e de integração cultural que considera as questões sociais da América Latina e o papel da literatura e da educação na condução dos esforços para a democratização da cultura gerada nestes países latinos, e que vem atravessada por uma relação dialética com o pensamento e os modelos literários do centro do capitalismo.

RACIONALIDADE NEOLIBERAL, EDUCAÇÃO DO NEOSSUJEITO E O ESVAZIAMENTO DA POLÍTICA

Um dos principais teóricos do modelo econômico liberal do século XX, Walter Lippmann (1936), argumentava que era necessário fazer correções na rota no capitalismo adentrando no modelo econômico do neoliberalismo, diante do risco das políticas coletivistas que figuravam como “contrarrevolução”, ou simplesmente como Estados do Bem-Estar Social. Para esse autor, o que teria força revolucionária permanente seria a economia capitalista mercantil que gerenciaria a divisão do trabalho. Nesse contexto, o neoliberalismo não seria considerado apenas como um conjunto de convicções, mas a única filosofia que garantiria a adaptação dos homens e das instituições ao modelo concorrencial capitalista, e isso seria histórico, pois, uma vez iniciado esse movimento seria impossível revertê-lo, restando apenas à sociedade adaptar-se a esse modelo de funcionamento.

A palavra mais importante na reflexão de Lippmann é adaptação. A agenda do neoliberalismo é guiada pela necessidade de uma adaptação permanente dos homens e das instituições a uma ordem econômica intrinsecamente variável, baseada numa concorrência generalizada e sem trégua. A política neoliberal é requerida para favorecer esse funcionamento, combatendo os privilégios, os monopólios e os rentistas. Ela visa a criar e preservar as condições de funcionamento do sistema concorrencial (Dardot; Laval, 2016, p. 89).

Observa-se que o neoliberalismo é a versão atualizada do liberalismo clássico, corrigidas algumas das “imperfeições” apontadas pelos defensores dogmáticos, segundo os quais, o mercado deve ser completamente livre e a concorrência implacável.

Compreendemos, portanto, que o neoliberalismo não é estritamente uma doutrina econômica ou ideológica, mas uma nova racionalidade no mundo, uma nova forma de nos organizarmos, seja na esfera privada, seja como membros de um Estado que também se reorganiza a partir de novos preceitos.

[...] essa razão é global, nos dois sentidos que pode ter o termo: é “mundial”, no sentido de que vale de imediato para o mundo todo; e, ademais, longe de limitar-se à esfera econômica, tende à totalização, isto é, a “fazer o mundo” por seu poder de integração de todas as dimensões da existência humana. Razão do mundo, mas ao mesmo tempo uma “razão mundo” (Dardot; Laval, 2016, p. 16).

As práticas discursivas, fortalecidas no final do século XX, nos permitem compor a figura do homem-empresa, ou seja, do “sujeito empresarial”, e da situação em que se criam, de forma veloz, sanções, estímulos e comprometimentos que têm o efeito de produzir funcionamentos psíquicos de um novo tipo, um devir-outro do sujeito”. (Dardot; Laval, 2016, p. 322). O homem neoliberal é o homem competitivo. Ele acredita que goza de todas as suas faculdades naturais, do livre exercício de sua razão e vontade, de uma autonomia irreduzível, no entanto, continua sendo apenas parte da engrenagem que movimenta o motor dessa atual configuração de economia política, e essa é a contrariedade marcante nesse movimento, em que a existência de uma falsa sensação de liberdade, ou melhor, essa errônea noção de emancipação, se torna uma nova forma de escravidão.

É nesse contexto que se constitui o sujeito neoliberal, ou “o “neossujeito”” (Dardot; Laval, 2016, p. 327). O poder não age apenas por meio da disciplina de adestramento dos corpos, para além disso, ele leva o trabalhador a acreditar que é o protagonista de sua vida profissional. O alvo da nova forma de poder é a vontade de realização pessoal do indivíduo e não se fala mais de sujeitos individuais e coletivos, mas, sim, de colaboradores da empresa. Dessa forma, percebemos a contradição dessa formação de homens, visto que as técnicas e estratégias utilizadas chegam ao cúmulo da alienação, já que o sujeito obedecerá ao “desejo” que lhe foi instaurado, tornando-se alienado e comandado por sua falsa consciência, ou seja, será escravo de si mesmo.

Além de obedecer a própria consciência e desejo, o fundamento dessa nova racionalidade estabelece a concorrência que coloca todos contra todos. Numa analogia com a teoria darwinista de seleção natural, as espécies mais fortes sobrevivem³ e,

É claro que aquele que não quiser obedecer a essa “regra do jogo” deve ser entregue à própria sorte, mas aquele que participa do jogo não pode perder [...] Não se trata mais de uma lógica de promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva. Esse modelo não faz mais da troca um meio de se fortalecer, de melhorar; ele faz dela uma prova constante de confronto e sobrevivência. A concorrência não é considerada, então, como na economia ortodoxa, clássica ou neoclássica, uma condição para o bom funcionamento das trocas no mercado; ela é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos (Dardot; Laval, 2016, p. 53).

Portanto, quem concorre e tem sucesso é um empreendedor, e quem não consegue se adaptar a essa nova forma de vida, deve ser deixado à própria sorte, pois não se apresenta como alguém capaz de adaptar-se às novas regras impostas pela realidade.

³ Compreendemos, nesse momento, o esforço em se equiparar a teoria da seleção natural com a teoria do darwinismo social, pois, o contexto neoliberal “será profundamente marcado por esse evento, mesmo quando o evolucionismo biológico for abandonado. Será evidente que a concorrência é, como luta entre rivais, o motor do progresso das sociedades e que todo entrave que se coloca a ele, em particular pelo amparo às empresas, aos indivíduos ou mesmo aos países mais fracos, deve ser considerado um obstáculo à marcha contínua da vida. Infelizes dos vencidos na competição econômica! O tão mal denominado “darwinismo social” está mais para um “concorrencialismo social”, que institui a competição como norma geral da existência individual e coletiva, tanto da vida nacional como da vida internacional.” (Dardot; Laval, 2016, p. 54).

O neoliberalismo faz da concorrência o princípio da vida social e individual, além do mercado, ele pauta a cultura, economia e a educação, exigindo que todas as pessoas e os setores se adaptem ao modo de funcionamento empresarial. Essa lógica, como visto, não está atrelada apenas aos modos de produção e mercado, mas, também, à configuração de um novo sujeito, o qual transmuta sua forma de viver e de se relacionar. Desse modo, entendemos que haverá como consequência desta nova racionalidade, um esvaziamento do sujeito político e da sociabilidade republicana, como veremos adiante.

Uma das principais técnicas da gestão do trabalho decorrentes desta racionalidade é a avaliação do desempenho dos sujeitos com relação a seu ingresso e permanência no mercado de trabalho, mediante a aferição de sua competência e diligência, de tal forma que

Se essa ética neoliberal do eu não se restringe aos limites da empresa, e não só porque o ser bem-sucedido na carreira confunde-se com o ser bem-sucedido na vida, mas ainda mais fundamentalmente, porque a gestão moderna tenta aliciar as subjetividades com a ajuda de controles e avaliações (Dardot; Laval, 2016, p. 338).

O controle e a avaliação funcionam, então, como mecanismos de restrições que evidenciam o aspecto neoliberal de gerência do capital humano. Além da avaliação da produtividade, temos uma série de estratégias e técnicas para o autocontrole do corpo e da mente com o objetivo de se conhecer enquanto sujeito que se autogoverna; entretanto, compreendemos que a partir do momento em que o sujeito se enxerga como parte indissociável da empresa, já não existe mais o governo de si para si, pois ele está tão envolvido com seu trabalho que agora, sujeito e empresa se unificam, demandando um esforço árduo e altamente competitivo que o leva a se tornar o “homem empresarial”. Nesse sentido, o autogerenciamento do corpo e da mente já não diz respeito apenas, e como finalidade, ao bem-estar do homem, mas se volta para a ideia de um bem-estar em função de uma maior produtividade. “Trata-se agora de governar um ser cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida na atividade que se exige que ele cumpra” (Dardot; Laval, 2016, p. 327).

Em suma, essas técnicas são ferramentas estratégicas que visam, por meio de metodologias da esfera psicológica e ética, ao aperfeiçoamento humano em prol da empresa. Se a empresa vai bem, o sujeito vai bem, mas esse aperfeiçoamento e o cuidado de si se encontram em uma segunda instância, visto que o primordial é o constante trabalho e melhoria da conduta enquanto sujeito-empresa e, nesse sentido, a cobrança se dará em nossa própria consciência, tamanha a necessidade e exigência em permanecer e sobreviver no e para o mercado, “já que somos os únicos responsáveis por aquilo que nos acontece” (Dardot; Laval, 2016, p. 345).

Essa nova forma de encarar a realidade afasta, cada vez mais, o sujeito da esfera coletiva que o circunda e, por serem escolhas individuais, cabe a cada um enfrentar e resolver sozinho os riscos e problemas, afinal, os outros “concorrentes” estão, também, preocupados com seus próprios riscos individuais e seu sucesso, e aqui temos mais uma vez como consequência, o esvaziamento do sujeito político e do mundo comum.

A CONSTRUÇÃO DO MUNDO COMUM MEDIADO PELA LITERATURA E EDUCAÇÃO

“Também as estórias não se desprendem apenas do narrador,
narrar é resistir”

(João Guimarães Rosa)

A filósofa Hannah Arendt teorizou sobre a inversão de valores entre as atividades do trabalho e da política nas sociedades capitalistas contemporâneas, nas quais a política ficou relegada a segundo plano e o trabalho assumiu a prioridade; assim, entendemos que a racionalidade neoliberal acentua o enfraquecimento da dimensão política, uma vez que valoriza a produtividade, a permanência no mercado de trabalho e o consumo.

Além da constituição dos neossujeitos, empresários de si mesmos, pode-se acrescentar outros contextos e situações sociais que minam as ideias clássicas de sujeito político e do mundo comum, a exemplo da redução dos direitos sociais coletivos e da privatização dos serviços públicos que intensificaram a desigualdade econômica e social, visto que o Estado e suas instituições passaram a regular os interesses privados em vez de ocupar-se do interesse público. Outro ponto a destacar é a homogeneização cultural e social imposta pela lógica neoliberal, a qual preconiza valores e padrões culturais vinculados ao mercado, gerando, assim, o enfraquecimento das identidades locais e regionais.

A política, subordinada aos interesses econômicos, prioriza o aumento da produção de riqueza e de consumo, culminando na constante competitividade e na busca pelo sucesso individual em detrimento das questões sociais, ambientais e políticas mais amplas, o que leva a uma percepção reducionista de cidadania. Enfim, a ênfase na lógica do mercado corrói a esfera pública minando o debate político e a deliberação coletiva, na medida em que privilegia uma sociedade na qual os interesses privados se sobrepõem ao bem comum.

Diante do risco de esvaziamento da política e do mundo comum, cada vez mais acentuado nos diferentes setores sociais e, inclusive no âmbito do próprio Estado, é que recorremos ao pensamento de Arendt, especialmente ao conceito de “mundo comum” apresentado em sua obra "A condição humana", publicada em 1958, obra esta fundamental para entender sua filosofia política e a vida em sociedade.

Para Arendt, a perda dos valores éticos implicou na perda de valores políticos e espirituais inerentes ao mundo comum, pois a sociedade competitiva e consumista “gerou apatia, e até mesmo hostilidade em relação à vida pública” (Arendt, 2007, p. 44), haja vista, por exemplo, a apatia de alguns indivíduos diante das atrocidades de Auschwitz, bem como as de outros regimes totalitários, como se o extermínio humano não reverberasse ao longo das décadas no seio da sociedade.

A naturalização de tais atrocidades tem seu equivalente na destruição da pluralidade humana, e nesse contexto, na destruição do mundo comum, espaço de resistência às formas de dominação; um espaço público no qual nos relacionamos, colaboramos e criamos significados em

conjunto. O mundo comum preconiza a atuação política, as atividades e ações humanas, sendo a esfera pública na qual a palavra adquire sentido, corroborando assim, sua dimensão política.

Intimamente ligado à ideia de pluralidade humana, o mundo comum de que fala Arendt ressalta que somos seres singulares, com identidades e perspectivas distintas, mas também, seres sociais que necessitam da interação para experimentar uma vida plena e significativa, ou seja, uma vida política configurada pelo diálogo pautado na heterogeneidade que nos permita contribuir para uma sociedade justa. Para além do espaço físico ou geográfico, o mundo comum é uma esfera política e cultural na qual a participação ativa dos indivíduos propicia a troca de experiências, os debates e o exercício pleno da liberdade.

Infelizmente, ao longo da história, o mundo comum tem sido ameaçado por diversos fenômenos, como o totalitarismo, o isolamento social e a alienação do espaço público. Arendt destaca a importância de proteger e preservar esse mundo comum como uma condição para a vida política e para a existência de indivíduos livres e ativos em sua pluralidade, caso contrário caminharíamos para a desumanização, que, segundo a filósofa, seria a consequência da falta de conexão entre os indivíduos e desses com a vida política, ou seja, a perda do mundo comum.

Em suma, o "mundo comum" em Hannah Arendt (2007) é o espaço público de interação, ação e compartilhamento de significados, sendo, portanto, o espaço essencial para o exercício da liberdade, pautada pela pluralidade e pela dimensão ética e política, e é nesse contexto que se encontra com o projeto de interculturalidade latino-americana, o qual pressupõe o compartilhar dos espaços polifonicamente, isto é, do compartilhar construído pela multiplicidade das diferentes vozes, cujas ações e discursos se desterritorializam construindo novas teias de relações que expandem as fronteiras intelectuais, culturais, artísticas e geográficas, propondo, assim, o diálogo entre central e periférico, o tradicional e o moderno, bem como com a diversidade social, cultural e histórica, questões fundamentais para a dignidade da vida, tanto no sentido ético quanto no estético.

Desafio premente para superar o pensamento capitalista e hegemônico que vem norteando a sociedade, de modo a globalizar a miséria econômica e culturalmente considerada, a construção de um projeto intercultural vem ao encontro da proposta de Arendt na medida em que a interculturalidade visa o imbricamento das diversas culturas a partir das quais se pode propor políticas inovadoras. Certamente, há tensões, desafios e conflitos, mas também, negociações e intercâmbios, dos quais resulta a pluralidade formada por uma sociedade integradora, na qual se inserem diferentes formas de conhecer, a exemplo da filosofia, das ciências sociais e das Letras, três importantes áreas para construção do pensamento crítico.

No âmbito cultural, cabe destacar a literatura, um “direito inalienável” para a humanidade, e que segundo o sociólogo e crítico literário Antônio Cândido, trata-se de um bem incompressível, assim como “a alimentação, a resistência à opressão etc., igualmente é o direito à opinião, à arte e à literatura” (Cândido, 2017, p.176). Tal qual a educação, a literatura é capaz de transformar o sujeito mediante uma leitura crítica que apreende os valores éticos e estéticos numa perspectiva orgânica, isto é, para além do repertório europeu disseminado e incorporado pela literatura latino-americana.

A produção literária dispõe as palavras organizando-as em temas que se compõem ou deveriam se compor do entrelaçamento histórico, social e cultural, os quais, mediante a leitura,

podem dar voz às diferentes camadas sociais. Assim, os aspectos apontados por Cândido reiteram o fato de que para além do código linguístico, a literatura atua como força humanizadora. Todavia, a tensa relação interdiscursiva pautada pelo contexto histórico, cujos elementos políticos e ideológicos, entre outros, se organizam, pode produzir estranhamento, apagamento, esquecimento e outras formas de dominação. Dialeticamente, no entanto, nos países colonizados poderia conter a semente da liberdade, desde que o povo, a quem foi negada vida e pátria, tomasse consciência de seu poder revolucionário.

No caso da literatura, ela poderia estabelecer uma relação dialética entre o modelo europeu e a cultura local ao trazer à discussão temas como a escravidão, por exemplo; todavia, a submissão ao modelo europeu levou ao apagamento a cultura tradicional, notadamente, a indígena, em se tratando de Brasil, e mais tarde, com a influência da cultura norte-americana, sob a égide da modernização, acabou se pasteurizando, excluindo, também, o índio, o negro e o pobre, expropriados dos bens que produziram para a burguesia.

Esses fatores estão imbricados no fazer literário, pois, ao imitar o modelo europeu, renega sua própria cultura e história. Podemos citar como exemplo, o Romantismo brasileiro, importante movimento literário do final do século XVIII e início do XIX que buscava originalidade, sem se dar conta, ao que parece, de que na verdade, apenas remodelava o antigo modelo europeu, pois,

Os mecanismos de adaptação, as maneiras pelas quais as influências foram definidas e incorporadas é que constituem a “originalidade”, que no caso é a maneira de incluir em contexto novo os elementos que vêm do outro (Cândido, 2004, p. 92).

Nota-se, de acordo com o fragmento de Cândido, que o Romantismo foi um movimento que seguiu na contramão de uma integração, pois ainda que se mostrasse disposto a tratar das questões afetas ao país, sua concepção de originalidade se assentava na perspectiva do olhar colonizador.

Por outro lado, no final do Romantismo e início do Realismo, o Brasil produziu uma literatura que tocou, de algum modo, essas feridas. O autor brasileiro Machado de Assis (1839-1908), escritor multifacetado, e cuja obra se constituiu de crônicas, romance, contos, teatro, além de traduções, apresentou uma literatura que trouxe à tona, por meio de uma linguagem irônica, as contradições do país que se queria independente, mas que conservava os mesmos resquícios da barbárie colonizadora. Um bom exemplo é o romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, publicado por esse autor em 1881, e que retrata uma sociedade escravocrata, bem como a divisão de classe social e o positivismo de seu tempo histórico, apresentados pela voz do personagem autor-narrador, Brás Cubas.

A partir de tais considerações nota-se a necessidade de compreender a literatura numa perspectiva estrutural que vincula autor, obra, público, bem como as tradições das quais surgem novas propostas para um discurso literário que rompa com os temas e discursos hegemônicos e narrativas esvaziadas, centradas apenas em personagens estereotipados.

Para Antônio Cândido, a literatura visa

a construção de objetos autônomos como estrutura e significado, ela é uma forma de expressão que manifesta emoções e visão de mundo de indivíduos e grupo, é

uma forma de aquisição de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (Cândido, 2017, p.178-179).

Sendo assim, a literatura é uma forma de conhecimento que revela as contradições humanas, podendo superá-las. Ao teorizar sobre a tríade autor, público e obra, o sociólogo corrobora a dimensão social, histórica, cultural e política afeta à obra literária na qual a comunicação se efetiva. Por isso, o papel do **autor** é crucial, já que a ele cabe a mediação entre a obra literária e o **leitor** que lhe atribui sentidos a partir de sua experiência leitora, individual e coletiva, levando em conta as leituras anteriores de textos e de mundo. Na verdade, tanto o autor quanto o leitor são influenciados pelo fator sociocultural e pelas experiências prévias individuais e coletivas, do que deriva a produção do primeiro e a interpretação do segundo.

Quanto à **obra**, ela se insere no contexto de produção, vinculando autor e público, motivo pelo qual obras antes aceitas podem ser rejeitadas em algum momento pelo leitor, e às vezes pelo próprio autor, fazendo notar, assim, a influência das transformações socioculturais sobre as quais, Cândido, em meados de 1960 e 1970, teceu importantes considerações sobre o contexto de produção literária na América Latina.

Em seu ensaio “Literatura e subdesenvolvimento”, publicado em 1970, o autor traçou um breve panorama sobre a literatura produzida nos anos de 1930, marcada pelo ufanismo e pela utopia de uma “América predestinada a ser pátria da liberdade”, conforme suas palavras (Cândido, 1989, p. 140), mediante uma literatura que supervalorizava o regional buscando afirmar-se também como nacional. Ao que parece, no entanto, essa idealização servia mais para minimizar questões fundamentais sobre o atraso que grassava a produção intelectual e cultural do país sob a égide de valorização dos problemas como a colonização e o analfabetismo, entre outros. Era preciso, então, ter consciência das condições de produção em que se assentavam as criações, o que só aconteceria quando se encarasse a realidade do país, ou seja, quando houvesse “a consciência do subdesenvolvimento como mudança de perspectiva, que evidenciou a realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante” (Cândido, 1989, p. 141).

Da década de 1920 até meados de 1960, a produção literária tratou de questões ligadas à crise identitária social e econômica, ainda que de forma ingênua; no entanto, possibilitou, de algum modo, compreender a necessidade de uma integração transcultural que superaria a visão de um regionalismo pitoresco e romantizado que não se aplicava mais à realidade. A tomada de consciência sobre o que era deficitário e nada glamuroso no país possibilitaria estabelecer um novo ciclo de interlocução, agora privilegiando a produção literária e cultural dos demais países da América latina, questão cara também ao escritor e crítico literário uruguaio, Angel Rama.

Ambos os intelectuais viam na literatura a possibilidade real de criação de um mundo comum mediante a integração dos países da América latina, cujas culturas foram marginalizadas pelas elites burguesas da Europa e depois pelos Estados Unidos, além das elites locais, levando ao apagamento a história que lhes deu origem, a exemplo das culturas indígena e africana, das quais são tributários os países da América latina.

Em sua obra publicada em 1970, “*Transculturación narrativa en América Latina*”, Rama elaborou o pensamento crítico sobre a América latina considerando os processos constantes de

ajustes e reajustes que gerariam tensões a partir das quais novos produtos culturais poderiam surgir em função da diversidade cultural e da releitura das tradições locais que, sob o ponto de vista da transculturação retomaria a potência dos elementos primitivos relegados pela modernização, e, portanto, pela visão capitalista. Agindo assim, esses elementos poderiam se traduzir em resistência por meio de uma dialética em que “a tradução de um universo ao outro se dá justamente quando as formas tradicionais de comunicação se encontram em decadência” (Rama, 1985, p. 90).

Preocupado com tais questões, Rama buscou articular os intelectuais latino-americanos, a quem, segundo ele, caberia a democratização do acesso às diferentes culturas. Para ele, o papel da educação, notadamente, o das universidades públicas para a integração intercultural, representariam condição *sine qua non* para a construção do mundo comum. Nessa perspectiva, Rama, buscou, pelo viés da literatura, tornar seu projeto exequível, daí a propícia articulação com Cândido. Nada mais plausível, sobretudo quando dialoga com a tríade elaborada pelo intelectual brasileiro quanto a relação entre autor, obra e público, expandindo-a para pensar o contexto latino-americano.

Respeitadas as especificidades estéticas, nota-se o quanto a literatura latino-americana corrobora o pensamento de Angel Rama sobre a integração cultural como centro de gravidade contra a concepção anti-imperialista, e que, respeitadas as idiosincrasias, viabilize a efetivação de um mundo comum. É nessa perspectiva, que se compreende, então, a necessidade de articular os intelectuais das universidades públicas para a construção de projetos inovadores fundamentados no ideário do mundo comum e na constituição de subjetividades que tenham a formação política como atividade indispensável para a sociabilidade democrática e republicana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste percurso reflexivo sobre neoliberalismo e educação, evidencia-se a urgência de repensar as instituições educativas como espaços privilegiados para a construção do mundo comum, em contraposição à racionalidade neoliberal que permeia as diferentes dimensões da vida contemporânea. A análise desenvolvida demonstrou como a lógica empresarial e competitiva tem se infiltrado nos processos formativos, transformando direitos sociais em serviços, esvaziando a dimensão política dos projetos educativos e produzindo subjetividades alinhadas ao modelo do “*neossujeito*” - um empresário de si mesmo, constantemente envolvido em processos de autoavaliação e competição.

A racionalidade neoliberal, conforme apontado por Dardot; Laval (2016), não se limita a um conjunto de políticas econômicas, mas configura-se como uma “razão-mundo” que integra todas as dimensões da existência humana. No campo educacional, essa racionalidade se manifesta na mercantilização do ensino, na precarização das relações de trabalho docente, na avaliação constante por resultados mensuráveis e na formação voltada primordialmente para as demandas do mercado. O sujeito formado nesse contexto tende a internalizar os valores da competitividade, eficiência e autoempreendedorismo, naturalizando a concorrência como princípio norteador das relações sociais.

Em contraponto a essa perspectiva, o pensamento de Hannah Arendt nos oferece elementos fundamentais para repensar o papel das instituições educativas. O conceito de “mundo comum”,

como espaço público de interação, ação e compartilhamento de significados, apresenta-se como horizonte para práticas educativas comprometidas com a formação de sujeitos políticos capazes de exercer sua liberdade em uma comunidade plural. Para Arendt, a educação tem a dupla responsabilidade de introduzir as novas gerações no mundo comum já existente e, simultaneamente, preservar a capacidade de renovação que cada nova geração traz consigo.

O desafio que se coloca, portanto, é como organizar projetos educativos e culturais que possam construir o mundo comum em tempos de hegemonia neoliberal. A resposta a essa questão complexa passa necessariamente pela articulação entre educação, cultura e política, em um movimento que reconheça a pluralidade constitutiva da experiência humana e que valorize a formação integral dos sujeitos para além das demandas instrumentais do mercado.

Um caminho promissor para essa construção, conforme apontado no texto, encontra-se na articulação entre literatura e educação como mediações privilegiadas para a formação de subjetividades críticas e politicamente engajadas. A literatura, compreendida como direito fundamental e bem incompressível, na perspectiva de Antônio Cândido, possui força humanizadora capaz de transcender os limites impostos pela racionalidade neoliberal. Por meio da experiência literária, os sujeitos podem acessar diferentes visões de mundo, desenvolver empatia e sensibilidade estética, além de compreender criticamente as contradições históricas, sociais e culturais que marcam sua realidade.

A proposta de Angel Rama de uma integração intercultural latino-americana, baseada no conceito de transculturação narrativa, oferece importantes subsídios para pensar projetos educativos que superem tanto o regionalismo isolacionista quanto a submissão acrítica aos modelos culturais hegemônicos advindos do centro do capitalismo. A transculturação, como processo dialético que reelabora tradições locais em diálogo com influências externas, permite construir uma perspectiva educativa que valorize a diversidade cultural e os saberes historicamente marginalizados, sem cair em essencialismos ou isolacionismos.

Nesse sentido, a formação de um sujeito político capaz de participar ativamente na construção do mundo comum passa pelo desenvolvimento de uma consciência intercultural que reconheça as tensões e contradições constitutivas da realidade latino-americana. As instituições educativas, especialmente as universidades públicas, têm papel fundamental nesse processo, como espaços privilegiados para a articulação entre diferentes saberes e para a democratização do acesso às diversas manifestações culturais.

Diante do cenário analisado, alguns desafios e perspectivas se colocam para as instituições educativas comprometidas com a construção do mundo comum. A seguir destacamos algumas diretrizes nessa direção:

Desenvolvimento de práticas pedagógicas emancipatórias: as instituições educativas precisam cultivar metodologias que valorizem o diálogo, a cooperação e o pensamento crítico, contrapondo-se à lógica competitiva e individualista promovida pela racionalidade neoliberal. A formação integral do ser humano, em suas dimensões ética, estética, política e epistêmica, deve ser o horizonte dessas práticas.

Valorização da diversidade cultural: em linha com as propostas de Angel Rama e Antônio Cândido, as instituições educativas podem promover a interculturalidade como princípio

formativo, reconhecendo e valorizando os diferentes saberes e manifestações culturais que compõem o mosaico latino-americano. Isso implica a inclusão de conhecimentos tradicionalmente marginalizados nos currículos e práticas pedagógicas.

Fortalecimento dos espaços de participação democrática: para que as instituições educativas contribuam efetivamente para a formação política, é fundamental que se constituam como espaços democráticos nos quais os diferentes atores (estudantes, docentes, funcionários, comunidade) possam participar ativamente das decisões que afetam a vida coletiva.

Articulação entre educação e outros direitos sociais: a construção do mundo comum requer o reconhecimento da interdependência entre os diferentes direitos sociais. Assim, as instituições educativas podem articular-se com lutas mais amplas por justiça social, democratização do acesso à cultura, saúde, moradia digna e sustentabilidade ambiental.

Desenvolvimento de projetos de leitura literária crítica: considerando a potência da literatura como força humanizadora, as instituições educativas podem promover projetos de leitura que ultrapassem a dimensão instrumental e permitam experiências estéticas significativas, capazes de ampliar horizontes e desenvolver a sensibilidade ética e política dos educandos.

Por fim, considera-se que a superação da racionalidade neoliberal no campo educacional não é tarefa simples, nem de curto prazo. Trata-se de um desafio que requer esforços coletivos e contínuos em diferentes frentes, desde a reformulação de políticas públicas até a transformação das práticas cotidianas nas instituições educativas. No entanto, as contribuições teóricas de Hannah Arendt, Antônio Cândido e Angel Rama oferecem importantes subsídios para esse enfrentamento, ao apontarem para a possibilidade de construção de um mundo comum fundado na pluralidade, na liberdade e no reconhecimento da diversidade cultural.

A educação, quando orientada por princípios republicanos e democráticos, pode constituir-se como espaço privilegiado de resistência à lógica totalizante do mercado. Ao formar sujeitos capazes de pensar criticamente sobre sua realidade e de agir politicamente em prol do bem comum, as instituições educativas contribuem para a preservação da esfera pública como espaço de diálogo, deliberação e construção coletiva.

Nesse sentido, é fundamental que os educadores e gestores educacionais compreendam seu papel como mediadores na construção do mundo comum, reconhecendo a dimensão política inerente ao ato educativo. Mais do que transmitir conhecimentos técnicos ou preparar para o mercado de trabalho, a educação deve comprometer-se com a formação integral de sujeitos capazes de compreender criticamente seu tempo histórico e de imaginar e construir futuros alternativos à ordem neoliberal.

A literatura, com sua capacidade de ampliar horizontes e sensibilizar para a diversidade da experiência humana, apresenta-se como aliada fundamental nesse processo formativo. Ao promover o encontro com diferentes realidades, perspectivas e valores, a experiência literária contribui para o desenvolvimento da empatia, do pensamento crítico e da consciência histórica – elementos essenciais para a constituição de sujeitos políticos comprometidos com a construção do mundo comum.

Ressaltamos que a construção de projetos educativos e culturais para além da racionalidade neoliberal requer o engajamento ativo dos diferentes atores sociais – educadores, estudantes,

gestores, comunidade acadêmica e sociedade civil – em um movimento contínuo de reflexão crítica e ação transformadora. Somente assim será possível preservar e renovar o mundo comum como espaço de liberdade, pluralidade e dignidade humana, resistindo às tendências de fragmentação e competição impostas pela lógica neoliberal.

Em um tempo marcado pela crescente mercantilização das relações sociais e pelo enfraquecimento dos laços de solidariedade, reafirmar o compromisso das instituições educativas com a construção do mundo comum não é apenas uma opção teórica ou metodológica, mas um imperativo ético-político para todos aqueles que acreditam na educação como prática de liberdade e na possibilidade de uma sociedade mais justa, democrática e plural.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Tradução: Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. 13ª ed. Tradução: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- CÂNDIDO, Antônio. **Vários Escritos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2017.
- CÂNDIDO, Antônio. **O Romantismo no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Humanitas, 2004.
- CÂNDIDO, Antônio. **Literatura e subdesenvolvimento**. *in: A Educação pela Noite*. São Paulo: Ática, 1989.
- CHAUÍ, Marilena. **Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo**. [S.l.]: A Terra é Redonda, 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 30 mar. 2025.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.
- LIPPMANN, Walter. **The Good Society**. New York: Grosset's Universal Library, 1936.
- RAMA, Ángel. **Transculturación narrativa en América Latina**. 2ª ed. Buenos Aires: El Andariego, 2008.
- ROSA, João Guimarães. **Sagarana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

Recebido em: 06 de maio de 2025

Aprovado em: 22 de janeiro de 2026